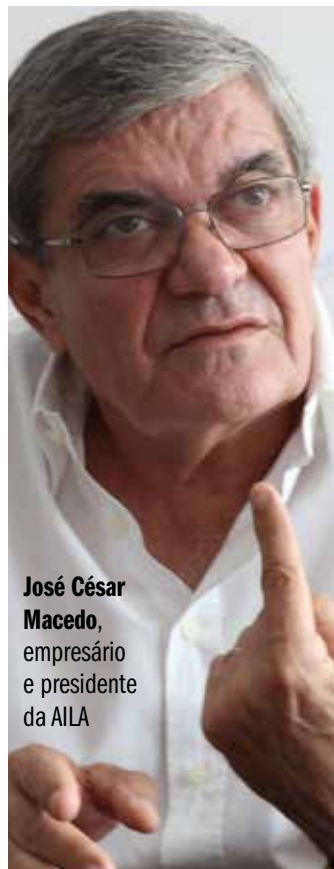


6 de Abril 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 203
Director-Geral
Evaristo Mulaza



“Os bancos de modo algum deveriam distribuir dividendos”



José César Macedo, empresário e presidente da AILA

ENTREVISTA. O presidente da Associação das Indústrias de Lactícínios de Angola não tem dúvidas de que os credores serão obrigados, no mínimo, a reestruturar a dívida dos países mais pobres. E sobre as soluções imediatas para a crise, pensa que os bancos não devem distribuir dividendos. **Págs. 4 a 6**

REDUÇÃO DE EXCESSO DE BUROCRACIA

Alvará comercial e registo estatístico com dias contados

BUROCRACIA. A qualquer altura, o alvará deixará de ser uma exigência para o exercício da actividade económica no país. As empresas deixarão também de estar obrigadas a proceder ao registo estatístico no acto de constituição. As medidas constam de um plano elaborado pelo Ministério da Economia e Planeamento que visa reduzir “o excesso de burocracia administrativa”. **Pág. 9**

PRESSIONADAS PELA PROCURA Fábricas aumentam produção de desinfectantes

Duas fábricas instaladas em Luanda projectam aumentar a produção de desinfectantes, face à explosão da procura precipitada pela pandemia da covid-19. A Huilux e a Basel produzem, entre outros, lixívia e álcool em gel e, apesar do garantido aumento da produção, mencionam dificuldades. Os pagamentos ao exterior continuam a destacar-se. **Pág. 10**



Na Casa Civil aos 41 anos

NOMEAÇÃO. Adão de Almeida atinge ao topo da carreira política, na esfera da governação. O jovem jurista de 41 anos é o novo chefe da Casa Civil do Presidente da República, depois de 10 anos, consecutivamente, como número dois e número da Administração do Território. **Pág. 22**

Luís Paulo Monteiro, bastonário da OAA

O estado de emergência e a participação em actos processuais

Págs. 12 e 13

Editorial

SEIS POR MEIA DÚZIA

O jargão assenta como uma luva no actual contexto de crise: 'Para grandes males, grandes remédios'. É na interpretação avisada deste lugar-comum que pode estar parte significativa da solução para a crise que agravou as incertezas em relação ao nosso futuro imediato.

O Governo reagiu, em parte, superando algumas expectativas, é verdade. Pois, por muito que fosse exigida há décadas, a redução da estrutura governamental, pelo menos em termos formais, foi além do que muitos cogitavam. Também é indiscutível que sobra espaço para mais apertos, mas a resignação do MPLA à intransigência histórica de governar com uma máquina excessivamente obesa encerra algum simbolismo político que não pode ser ignorado. O resto foram medidas incontornáveis. Com o aprofundamento da crise no mercado do petróleo, o corte no investimento e na despesa operacional era inevitável. Assim como se tornou obrigatória a renegociação da dívida, incluindo a externa, ainda que o Governo insista que mantém o compromisso de honrar os empréstimos que recebeu de fora.

Tudo isto é parte do que o Governo poderia ter feito no plano da política orçamental, mas João Lourenço pode ir mais a fundo para encontrar respostas que

mitiguem os efeitos da crise no imediato e a médio prazo. Além das medidas da natureza estritamente económica, a dimensão da crise exige respostas de carácter eminentemente político. E isto implica, por exemplo, uma abordagem melhorada do controverso projecto de combate à corrupção.

Como meio mundo sabe, as lacunas do programa de combate à corrupção tiveram efeitos corrosivos em parte da estrutura produtiva que já existia. Em muitas situações, mesmo acossado por uma crise que mergulha o país em recessões consecutivas

desde 2014, o Estado não teve o discernimento suficiente para assegurar projectos em sectores estratégicos. Incluindo projectos com dimensão suficiente para contrariar o paradigma das importações. Pelo contrário, o Estado embarcou cegamente na 'lógica do parte tudo', evocando uma alegada 'destruição criativa' através de um projecto repleto de contradições.

Os momentos que correm são, entretanto, mais uma oportunidade para os ajustes cruciais que se mantêm aprisionados nessas agendas controversas de instrumentalização do Estado. Não pode

ser do interesse do Estado que iniciativas com elevado potencial de criação de emprego e de renda se mantenham impossibilitadas de aparecer à luz do dia. Quando milhares de angolanos perdem o emprego todos os dias, enquanto outros milhares se preparam para serem mandados para casa sem qualquer perspectiva.

Se o fim último da governação é proporcionar o bem-estar aos cidadãos, quem governa deve servir-se dos meios de que dispõe, conforme a evolução dos contextos. É isso a que se chama postura e visão de Estado. O resto é trocar seis por meia dúzia.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Guilherme Francisco, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Augusto Fernandes,
consultor fiscal e económico

Operadores do sector informal recusam-se a abandonar as ruas como determina o Estado de Emergência. O que fazer?

O Governo tem de criar subsídio de emergência pontual para cada operador informal. Primeiro, temos de quantificar os prováveis beneficiários e definir o valor que cada família precisa para não morrer de fome nestes 15 dias.

Mas como começar?

Segundo as estatísticas, o número de pessoas empregadas é de 9,6 milhões, entre o formal e o informal. 70% dessa cifra está no informal, aproximadamente 6,7 milhões, e que têm o cartão eleitoral. O BNA, no âmbito das contas banquitas, poderia avisar aos bancos que podem aceitar os cartões eleitorais como documento válido para a abertura de contas e o Governo transferir uma renda de forma directa. E que se estendesse aos desempregados.

E quanto custaria ao Estado?

Se for de 50 mil kz para cada pessoa, calculando com as estatísticas, o Governo teria de despesa 336 mil milhões, equivalente a 540 milhões USD a 622 kz por um dólar. O Governo tem esse dinheiro no Fundo Soberano e muito mais nas reservas internacionais líquidas.

31
TERÇA - FEIRA

O Inadec encerra três estabelecimentos de venda de produtos diversos, no Uíge, por especulação de preços. Dois são de venda de bens de primeira necessidade e um de produtos farmacêuticos.

31
QUARTA - FEIRA

Ministros das Finanças africanos, num encontro com a secretária executiva da UNECA, Vera Songwe, alertam que o continente pode levar até três anos a recuperar-se dos efeitos da covid-19 e defendem perdão de toda a dívida.

31
QUINTA - FEIRA

A Emis prorroga para mais seis meses os cartões multi-caixa expirados a partir desta semana. E alerta que está a terminar os arranjos técnicos e tecnológicos, pelo que os utentes devem esperar para não verem os cartões retidos.

31
SEXTA - FEIRA

O BNA dispensou quaisquer autorizações de pagamentos antecipados para a importação dos produtos da cesta básica, medicamentos e material de biossegurança no valor inferior a 100 mil dólares, por um período temporário, no quadro do combate ao coronavírus.

30
SÁBADO

A Chevron, em Cabinda, é acusada por pescadores de derramar grandes quantidades de ramas (óleos), na costa de Lândana e nos rios Chiloangoe Luemi. A companhia não se pronuncia.

30
DOMINGO

O presidente AIA, José Severino, defende maior celeridade na implementação do programa do Governo que visa beneficiar 1.608 famílias em situação de pobreza por via de atribuição de apoio financeiro.



SEGUNDA-FEIRA O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos adia a divulgação do vencedor do concurso público para a construção da Refinaria do Soyo, prevista para 31 de Março. Existem 15 propostas, com capacidade para 100 mil barris/dia.



COTAÇÃO



PETRÓLEO ARRANCA NO VERMELHO...

O preço do petróleo arranca a semana no vermelho se comparado com o fecho da semana anterior quando o Brent, por exemplo, terminou em 34,11 dólares. Na segunda-feira (6) fechou a valer 33,22 dólares, um recuo de 2,48%. Já o WTI arranca a semana a ser negociado por 25,34, representando uma queda de 7,30% face ao fecho da semana passada quando estava a ser negociado a 28,34 dólares.



...CONTUDO MAIS VALORIZADO EM OITO DIAS

Em comparação com o arranque da semana passada, registou-se, entretanto, uma subida. No caso do Brent, foi de 25,9% face aos 26,42 dólares da segunda-feira (30). Enquanto o WTI valorizou 30,9% ao passar dos 20,09 da segunda-feira (30) para os 26,30 para segunda-feira (6). A valorização resultou da intervenção de Trump no desentendimento entre a Rússia e a Arabia Saudita.

Entrevista

JOSÉ CÉSAR MACEDO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS INDUSTRIAS DE LACTICÍNIOS DE ANGOLA

“Os países credores serão forçados a aceitar uma reestruturação ou perdão das dívidas”

“Saber ouvir e só depois fazer”. É a receita que dá ao Governo para depois da crise, sendo um dos que aposta na agricultura como sector determinante. O empresário reconhece que o Governo não tem muito por onde tirar para apoiar os empresários. E exige sacrifícios aos banqueiros.

Por César Silveira

Vive-se um momento ímpar no mundo e, em particular, em Angola por causa da pandemia da covid-19.

Como acha que o país sairá desta situação em termos económicos?

Não é fácil prever o futuro numa conjuntura totalmente nova a nível mundial como a que estamos a viver. Tal como Angola, muitos países vão enfrentar uma situação muito difícil em consequência da pandemia. O que posso adiantar é que, a meu ver, nada será como dantes, os países credores serão forçados a aceitar uma reestruturação ou mesmo o perdão das dívidas dos países cujas economias estão fortemente endividadas. É necessário, penso eu, criar uma frente comum dos países africanos para, em bloco, poderem negociar com os países credores.

Mas tudo vai depender da disponibilidade das instituições credoras?

Tem de haver uma mudança radical na estratégia do FMI e do Banco Mundial no tocante às exigências de cumprimento do pagamento da dívida, da não subsidiação da economia e dos deficits dos países do Sul. Não bastam declarações dos responsáveis ou relatórios técnicos, há que pôr em prática uma política radicalmente oposta à actual. Veja-se como o Senado norte-ame-



ricano aprovou um pacote financeiro monstro para socorrer as empresas, numa clara dissonância daquilo que defende para países terceiros. A União Europeia libertou os seus membros das metas do deficit e também está a disponibilizar verbas e a conceder moratórias através do BCE (Banco Central Europeu). Ainda hoje acabo de ler nas notícias que uma empresa holding do presidente Trump pediu uma moratória sobre um empréstimo que tem num banco alemão. Em suma, a economia de Angola, para se reconstruir, vai ter absoluta necessidade de ver a sua dívida externa reestruturada e, no que for possível, perdoada, bem como de se poder financiar a prazos muito longos e taxas muito perto de zero.

E se...

Se os países credores não perceberem que têm agora de levar a sério o problema africano, em vez de se limitarem a socorrer (muitas vezes contra a vontade) e a contar os naufragos do mediterrâneo, correm o sério risco, tal como disse o António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, de num futuro próximo se verem a braços com uma nova pandemia fruto da degeneração da covid-19, fruto da sua proliferação incontrolada nos países do Sul, com sistemas de saúde frágeis e muito frágeis. Esse seria o cenário que ninguém quer, pois a mutação total de um vírus põe de lado todos retrovirais e vacinas entretanto conseguidas e será altamente devastador, atente-se às

palavras de Bill Gates em entrevista, a 5 de Abril, a Trevor Noah.

O governo prepara uma série de medidas de estímulos para empresas e famílias. Que opinião ou sugestões tem sobre as medidas que podem ou devem ser criadas nesta altura para, pelo menos, manter as empresas?

As medidas de que até agora tive conhecimento vão no sentido de minorar os efeitos do forte abrandamento da economia por força da prevenção contra a covid-19. Todavia, não deixam de ser transitórias e que no fundo virão a aumentar o endividamento das empresas, já de si, a meu ver, na esmagadora maioria descapitalizadas. O instrutivo n.º 4 do BNA

vem permitir uma moratória de 60 dias para os financiamentos que estejam em dia das empresas que não tenham nenhuma situação em mora. É uma ajuda, mas não deixa de ser um balão de oxigénio. Também é uma realidade que as disponibilidades para financiar a economia por parte do Estado são diminutas, pelo que não se pode pedir milagres. No entanto, penso que chegou a hora de todos contribuírem com a sua parte.

Todos?

Comecemos pelas instituições financeiras. Os bancos não deveriam, de modo algum, distribuir dividendos, pois esse capital pode ser necessário num futuro próximo dada a imprevisibilidade do comportamento da economia. Deste modo, ponhamos, desde logo, os accionistas a não tirarem proveitos na actual conjuntura. Os bancos com robustez financeira deveriam ou financiar ou entrar no capital das empresas, a juros baixos, sem estarem à espera de compensações do tesouro, investindo em força, mas com critério, na agricultura, pesca e pecuária familiar, muito por força das cooperativas, nas pequenas e médias empresas agrícolas, pecuárias e pesqueiras, bem como nos serviços de apoio à sua actividade. Ou seja, assistência técnica, distribuição de factores, máquinas peças e ferramentas, oficinas e recauchutagens e (muito importante) na logística, para fazer chegar os produtos aos mercados, praças e supermercados.

E qual seria o papel do Estado?

“As disponibilidades para financiar a economia por parte do estado são diminutas, pelo que não se podem pedir milagres. No entanto penso que chegou a hora de todos contribuírem com a sua parte”.

Do lado do Estado, penso que a medida que mais satisfaria os agentes económicos privados seria a suspensão do IVA em muitas transacções, que as Associações Industriais e Empresariais, nomeadamente a AIA, já têm vindo a expor a representantes do Executivo.

Conhecendo o nosso sector empresarial, que tempo acha que conseguiria sobreviver a esta situação?

O sector empresarial nacional é muito diverso e as empresas também. Neste ciclo, tenho a convicção de que as telecomunicações, a moderna distribuição alimentar (hiper e supermercados), saúde privada (farmácias, laboratórios de análises e clínicas), instituições financeiras, algumas agro-indústrias, caso não lhes falte matéria-prima, como moagens e padarias, poderão ter um desenvolvimento e até fortalecimento aceitáveis. A generalidade das empresas tem uma situação económica e financeira frágil, pelo que a sua sobrevivência vai depender essencialmente de dois factores:

A qualidade e o alcance das medidas de incentivo e protecção;
A capacidade dos gestores em encontrarem formas de se adaptarem à nova situação, nomeadamente através de fusões (muito importantes na banca), parcerias, etc.

Acredita que a dificuldade imposta pela baixa do preço do petróleo, agravada pela covid-19, fará com que definitivamente apostemos na diversificação da economia ou tudo voltará a estar à volta do petróleo caso este volte a recuperar um preço que satisfaça a nossa economia?

Tudo é possível, mas vejo como muito remota a possibilidade de se voltar ao ‘el dorado’ dos tempos do petróleo caro e da vida fácil para os privilegiados. Também acredito que a diversificação, embora não na dimensão desejável, será um caminho sem retorno.

Depois de toda esta situação passar, qual acha que deve ser a estratégia do Governo para se alcançar definitivamente a diversificação? Saber ouvir e só depois fazer.

A agricultura, por norma, é o sector apontado como aquele em que se deve apostar visto ter capacidades e potencialidades para ime-

“O sector industrial dos lacticínios tem um potencial enorme de produzir uma grande variedade de produtos importantes quer para a dieta das camadas infantojuvenis quer dos mais velhos”.

“Sinto que dei mais de um quarto de século da minha vida àquela empresa, e fico orgulhoso por saber que em 25 anos nunca paralisámos, fazendo muitas travessias do deserto, mas crescendo sempre”.



Mário Mujetes © VE

PERFIL

José César Macedo de 63 anos liderou a Lactiangol durante 25 anos, até Março de 2019 altura que a empresa de lacticínios passou para outros proprietários. Licenciado em Gestão pela Universidade Internacional de Lisboa, é presidente da Associação das Industrias de Lacticínios desde a sua fundação em 2015.

diatamente dar resultados. Tem a mesma opinião? Em que outros sectores apontaria?

Tenho exactamente a mesma opinião, desde que se acautelem os aspectos que a agricultura exige para poder dar resultados. Os outros sectores em que na minha opinião seria oportuno investir são os materiais de construção (fundamentais para a realização das infra-estruturas), as oficinas, misturadoras granuladoras

de adubos, distribuidoras de factores para a agro-pecuária, agro-indústria, transportes e restantes aspectos da logística.

Como avalia e caracteriza as potencialidades do subsector dos lacticínios no âmbito da diversificação da economia?

Se estamos a falar da criação de gado leiteiro, a minha opinião é uma. Se estamos a falar na produção de produtos lácteos como

seja leite UHT, iogurtes, Omavele, natas, sobremesas lácteas, queijo, etc., a minha opinião é outra totalmente diferente. Refiro-me naturalmente a uma visão sob o ponto de vista da viabilidade económica. Começamos pela produção de leite em natureza – Vacarias e sua viabilidade. A produção de leite em natureza concentra-se actualmente na Europa, EUA e Nova Zelândia/Austrália, regiões que se vêem a braços com elevados excedentes e com sérios problemas de subsidiação dos produtores. A China ainda é compradora de leite, estando neste momento a incentivar a produção interna. Se compararmos ao fenómeno da produção do concentrado do sumo de maçã (que ninguém levou a sério no início), em apenas 10 anos, a China passou de importador, a maior produtor

mundial, exportando hoje para a Europa e para os EUA, estes últimos o histórico bastião do concentrado de maçã. Hoje em dia, os excedentes de leite em natureza obrigaram à sua desidratação, transformando-o em leite em pó numa matéria-prima a nível global. O preço mundial desta commodity é determinado em grande parte pelos leilões à terça-feira feitos pelo grande produtor neozelandês Frontera. Assiste-se, por um lado, ao aumento da produção mundial do leite, quer pelos ganhos de produtividade, conseguidos pelos constantes avanços na manipulação genética e na tecnologia, quer pela entrada do novo player China. Paralelamente, o consumo de leite entrou em declínio nos mercados tradicionais, na UE e nos EUA.

Tudo isso para dizer que...

Porquê e para quê apostar na intensificação da produção de leite em natureza (criação de vacas leiteiras) no país? Não deixa de ser paradigmático que, enquanto os países mais desenvolvidos na tecnologia da produção leiteira, com produtividades entre os 40 e 50 litros de leite por vaca por dia, tentam baixar a produção, chegando a pagar aos produtores para abaterem os efectivos leiteiros, haja em simultâneo, uma apetência pelo incentivo à criação de gado leiteiro, num país que perdeu tradição no seu maneio, em que as condições climáticas determinam uma produtividade limitada e onde não existe tecnologia disponível, quer sob o ponto de vista do melhoramento e manipulação genética, quer sob o ponto de vista da tecnologia de maneio, cria, recria, ordenha e conservação do leite em natureza. Naturalmente que os grandes produtores de efectivos pecuários e os fabricantes de equipamentos de maneio, ordenha, reprodução, etc., ligados ao gado leiteiro, face ao declínio dos mercados tradicionais, irão fazer o seu lobby junto das consultoras e, quiçá, até directamente junto dos governos dos países do Sul, no sentido de se “tornarem autónomos na produção de leite”, ou melhor, no sentido de transportarem para os países de África (e não só), os problemas com que actualmente se debatem os EUA e a Europa que sabem bem, vão ter tendência a agravar-se, com o advento da produção chinesa.

CONTINUA NA PAGINA 6

Entrevista

“Tem de haver uma mudança radical na estratégia do FMI e Banco Mundial no tocante às exigências de cumprimento do pagamento da dívida, da não subsidiação da economia e dos deficits dos países do sul.”

...CONTINUAÇÃO DA PAGINA 5

E no caso do leite como matéria-prima?

O importante para a substituição de importações de produtos acabados e talvez no futuro (uma vez satisfeita a procura interna), para a exportação, é conseguir consolidar no país uma indústria transformadora, tecnologicamente evoluída, capaz de processar a matéria-prima leite (seja ele em natureza ou em pó para reconstituição industrial) em leite de longa duração ultrapasteurizado (UHT) e outros derivados lácteos, nomeadamente iogurtes, leites fermentados (tipo Omavele), queijo, sobremesas lácteas, etc. Para abastecimento desta indústria transformadora deve ter-se em linha de conta uma diversidade de fontes, sendo que a base deverá ser o mercado global da matéria-prima leite em pó para a indústria, complementada com a oferta de leite nacional em natureza. Tal não significa que se deva subsidiar a produção nacional de leite em natureza, cuja intensificação terá sérias dificuldades em se desenvolver e tornar minimamente competitiva como adiante tentaremos demonstrar, mas, sobretudo, impedir a total abertura à importação livre de taxas e impostos do leite líquido (produto acabado), como actualmente é prática.



Mário Mujites © VE

Resumindo, qual delas é a mais rentável?

Em suma, na minha opinião, a rentabilidade da indústria de laticínios no país é sustentável, sendo que a criação de gado leiteiro não conseguirá competir com a matéria-prima leite em pó, que chega ao país a menos de metade do preço de custo do leite em natureza.

A decisão de os accionistas da Lactiangol venderem a empresa não pode ser encarada como um sinal de que se trata de um negócio sem futuro em Angola?

A decisão dos accionistas da Lactiangol foi uma decisão inevitável, para evitar a falência da empresa, o fim de uma prestigiada marca nacional e como forma de assegurar a continuidade dos seus postos

de trabalho. Esta decisão foi-nos imposta pelo facto de, durante nove meses, nem o BNA, nem a banca comercial nos terem disponibilizado um único dólar para a aquisição de peças, matéria-prima, ou embalagens. Com os stocks esgotados, todas as poupanças gastas, os créditos dos fornecedores ultrapassados em todos os limites, todas as portas fechadas, à excepção da senhora ministra da Indústria, a única solução era entregar a empresa a quem tivesse dinheiro para a poder manter em laboração, ou em alternativa abrir falência.

Aconselharia alguém a investir nesse sector? Porquê?

No sector industrial dos laticínios, aconselho, pois tem um potencial enorme de produzir

uma grande variedade de produtos importantes quer para a dieta das camadas infanto-juvenis, quer dos mais velhos.

O processo de venda da Lactiangol está totalmente selado, Pagamentos totais, etc.?

Assunto encerrado.

Têm estado a acompanhar os novos proprietários? Estão satisfeitos com o negócio? Eles estão a cumprir com os acordos?

Não estou informado, pois, como é natural, nada tenho que ver com a actual gestão da empresa.

Após a venda da Lactiangol, revelou que a empresa tinha ficado cerca de nove meses sem acesso a divisas e que essa terá sido uma

das razões das dificuldades que enfrentava. Este quadro leva-me a questionar o que faltou?

O que faltou foi vontade política em apoiar uma indústria nacional. Enquanto se encheram os super e hipermercados com mercadorias importadas, muitas das quais acabaram por ter de ser vendidas ao desbarato, por estarem a expirar os prazos, a Lactiangol (e provavelmente outras indústrias), tal como referi atrás, teve de paralisar por não ter acesso a divisas, não obstante o corrupio de contactos feitos pela administração a quem mandava, ou no mínimo tinha capacidade de influenciar as decisões.

A Lactiangol, com os anos de existência que tinha, podia apostar na exportação de alguns dos seus produtos, talvez isso minimizasse a dependência das divisas internas?

Se não tínhamos capacidade cambial para produzir para os nossos principais clientes, como poderíamos pensar em exportar. Além disso, a exportação não pode ser entendida como um mealheiro de divisas do exportador. A exportação deverá ser feita através do instrumento universal de venda de mercadorias, que são as cartas de crédito e o exportador recebe o contravalor à data de pagamento do importador.

Mesmo internamente, os produtos da Lactiangol estavam mais voltados para Luanda. O que faltou para os produtos se tornarem numa marca nacional e líder na escolha dos consumidores?

Infra-estruturas. Estradas capazes de transportar a preços razoáveis os produtos perecíveis.

Pouco mais de um ano depois de deixar a empresa, qual é o balanço que faz do tempo que dirigiu a Lactiangol?

Sinto que dei mais de um quarto de século da minha vida àquela empresa, e fico orgulhoso por saber que, em 25 anos, nunca paralisámos, fazendo muitas travessias do deserto, mas crescendo sempre. Mais ainda, conseguimos erguer a Lactiangol sem termos nenhum ‘marimbondo’ na nossa estrutura accionista, capaz de injectar dinheiro na empresa, ou mover influências, quando tantas vezes bastava um simples empurrãozinho de boa vontade para podermos ganhar.



O Banco BIC de acordo com a determinação da EMIS (Entidade que gere os cartões Multicaixa) e no cumprimento das determinações do Decreto Presidencial sobre o Estado de Emergência, como medida de excepção temporária, irá prorrogar a validade, por mais seis meses, de todos os cartões de débito MULTICAIXA que estejam a expirar.

Com esta medida pretendemos reduzir a necessidade dos nossos clientes deslocarem-se a uma agência do Banco BIC para renovar o cartão MULTICAIXA que permite, através dos ATM ou de qualquer terminal de pagamento efectuar as diversas operações bancárias que estão disponíveis pela EMIS.

Se for a uma agência BIC, enquanto aguarda a entrada, mantenha uma distância de 2 metros entre os outros clientes.

Evite o contacto social para ajudar a combater a pandemia do covid -19

Economia/Política

INSTRUMENTO SÓ EXISTE NO CONTEXTO AFRICANO

Covid-19 lembra importância de um Fundo de Emergência



Manuel Tomás © VE

RESERVAS. Recurso à doação para fazer face às necessidades do combate ao coronavírus contestado. Apesar de não ter um fundo interno, Angola é o maior contribuinte do Fundo de Emergência de África para a Saúde Pública.

Por César Silveira

A existência, no país, de um fundo especial de emergência para acudir a catástrofes e situações semelhantes é uma das discussões provocadas pela situação de aperto económico, resultado do binómio pandemia da covid-19 versus baixa do preço do petróleo.

O VALOR constatou existir consenso sobre a necessidade da sua criação, mas existem duas

correntes. Uma que é apologeta da criação de um fundo de emergência permanente e que já deveria existir há vários anos, havendo também os defensores dos fundos criados apenas perante ameaça de calamidade.

Os defensores da segunda corrente, por exemplo, argumentam que o fundo não precisa de ser criado apenas com fundos públicos, mas a participação dos privados fica dependente de programas e da capacidade de organização dos governos.

No caso da covid-19, por exemplo, em Angola, tudo começou em Fevereiro, há mais de um mês. “Portanto, a campanha de criação deste fundo já deveria ter sido lançada

MEMORIZE

● Até 2014 Angola era o maior contribuinte do Fundo de Emergência para a Saúde Pública de África com um depósito de 1.750 mil dólares. Em 2016, beneficiou de uma ajuda de cerca de 300 mil dólares.

com encomendas de máscaras, medicamentos e testes”, defendeu um empresário que não quis ser identificado, justificando-se que “cansa sugerirem-se as ideias e nada mudar, ao invés disso, ganham-se inimigos”.

Já o economista Domingos For-

tes entende que “de certa forma e por antecipação” o governo teve tempo e condições para criar um fundo para fazer face ao Coronavírus.

“A criação de um fundo pressupõe sempre a alocação de recursos financeiros provenientes do resultado do exercício em caso de superávit. Como dependemos do barril, e dada a volatilidade do seu preço no mercado internacional, deveríamos ser mais prudentes na fixação do preço para o Orçamento. Assim, através de um processo de ‘downsizing’ da estrutura do aparelho do Estado, conseguir-se-ia libertar meios financeiros suficientes para a criação do referido fundo de emergência a partir do diferencial obtido das receitas e despesas”, defendeu o economista.

Quem se manifesta mais inclinada para os fundos permanentes é a empresária Celeste de Brito, visto que, “na verdade, 70% de Angola e dos angolanos nunca saíram do estado de emergência desde 1975”.

“No mínimo, teríamos um fundo especial emergencial desde 2002. Aplicado ou não, tivemos tempo para isso e a ex-ministra do Planeamento tinha essa responsabilidade. Podia ser um ciclone ou outra catástrofe qualquer. Governantes responsáveis têm de ter estas situações previstas”, sublinha.

A ORIGEM DO DINHEIRO PARA COMBATER A PANDEMIA

Por sua vez, o economista Carlos Vaz entende que o maior problema de Angola não é a existência ou não de um fundo, apesar de defender que “todo o país sério tem no seu orçamento um fundo para acudir estas situações”.

Defendendo que, no passado, existiu a “possibilidade de se criarem todos os fundos possíveis e imaginários”, o economista lembra que se criou um ‘fundo para desastres’, cuja situação actual desconhece. “Mas julgo que se está a usar a reserva orçamental”, refere, estimando que estejam a ser usadas as cabimentações das ‘Outras Despesas’ das diferentes unidades orçamentais e, sobretudo a mesma rubrica da Protecção Social, enquadrada nas Despesas por Função.

“A parcela ‘Outras Despesas’ nesta unidade é maior que todas as outras despesas discriminadas nesta mesma rubrica, como família e infância, velhice, desemprego, doença entre outras. A reserva aqui foi sempre muito maior comparada às das outras rubricas. Já tivemos orçamentos em que as ‘outras despesas’ da protecção social foram 6% do OGE e sempre questioneei. A minha esperança sempre foi que fosse um fundo que estivesse a ser criado para as questões de protecção social em momentos de cala-

JINOFLA VIEGAS, presidente da Associação dos Operadores de Pesca de Benguela atribui a escassez de peixe no mar de Benguela a má gestão dos recursos marinhos em anos anteriores.

midade”, analisou.

Não existindo este fundo, acrescenta, a alternativa passa por, “numa situação extrema”, usar-se todo o dinheiro que está no tesouro. “Nestes casos, as despesas que não são prioritárias, mas que haviam sido projectadas, já não serão mais feitas, porque todas as receitas vão para fazer face à catástrofe que, nesse caso, é o coronavírus”.

Por outro lado, o docente da Universidade Católica de Angola considera “existir algo de errado” por o Governo estar a fazer uma campanha de solidariedade para angariar doações da população, sobretudo por 41% dos angolanos viverem abaixo da linha da pobreza.

MAIOR CONTRIBUTO DO FUNDO ÁFRICA

Apesar da inexistência de um fundo de emergência no país, o Governo, ao nível do continente, deu sinais de preocupação com as reservas para questões emergenciais. Até 2014, era o maior contribuinte do Fundo Africano para Emergências de Saúde Pública que, entretanto, estará muito abaixo dos níveis esperados.

Criado em 2012, apenas oito dos 47 Estados-membros pagaram contribuições num total de mais de 3,6 milhões de dólares até 2014 (último ano com relatório disponível). Neste período, a instituição esperava angariar 150 milhões de dólares, ou seja, estavam pendentes mais de 146,3 milhões de dólares.

Angola tinha um pendente de pouco mais de 3,5 milhões de dólares de um total de pouco mais de 5,25 milhões. Ou seja, tinha pago mais de 1,7 milhões de dólares que era a maior contribuição entre os membros. Seguiam-se os Camarões, com mais de 1,6 milhões de dólares, e o Chade, com 183,5 mil dólares.

No mesmo período, entretanto, a instituição disponibilizou 1.326.073 a sete países, dos quais apenas um com alguma contribuição, no caso os Camarões, que recebeu 66,7 mil dólares. Em 2016, Angola recebeu do fundo 300 mil dólares para apoiar a campanha de vacinação.

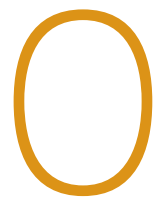
No relatório de 2017/18 em África, a Organização Mundial de Saúde informou que as “contribuições permanecem baixas e a OMS/AFRO desenvolveu uma estratégia e um plano de mobilização de recursos focados em Entidades Não-Governamentais para o reaprovisionamento do Fundo”.

PLANO CONTRA EFEITOS DA COVID-19

Alvará comercial e registo estatístico anulados

BUROCRACIA. Executivo prevê ainda notários privados e espera criar uma linha de liquidez para ajudar as empresas a pagar salários de Abril. Medidas fazem parte de um pacote de propostas que devem ser aprovadas em breve.

Por Isabel Dinis



O Governo pretende revogar o procedimento de emissão do alvará comercial para todas as actividades económicas e a obrigação das empresas de procederem ao registo estatístico no acto de constituição.

O Ministério da Economia e Planeamento elaborou uma proposta para dar resposta aos impactos provocados pela covid-19. O plano contém medidas que visam remover o “excesso de burocracia administrativa que incide sobre as empresas”.

O Governo pretende abrir algumas excepções no comércio de bens alimentares, espécies vivas vegetais, animais, aves e pescaria, medicamentos, venda de automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos, procedendo à anulação do procedimento de emissão do alvará comercial. “Devendo toda a actividade comercial requerer a autorização de abertura do respectivo estabelecimento comercial na administração do município onde irá funcionar. A administração, por sua vez, deve fazer a autorização de abertura dos estabelecimentos considerando a conformidade com o plano de ordenamento territorial e demais normas estabelecidas por



Sérgio Santos,
ministro da
Economia e
Planeamento

Mário Mujetes © VE

lei”, salienta o documento a que o VALOR teve acesso.

O registo estatístico passa a ser feito com número de identificação fiscal. Em Novembro de 2017, a anulação do alvará comercial já constava dos planos oficiais. A medida esteve inscrita no Plano Intercalar do Governo, lançado nesse ano, e que tinha como objectivo a melhoria da situação económica e social do país, com acções que seriam implementadas por vários ministérios. A eliminação da obrigatoriedade do alvará constava das tarefas do Ministério do Comércio.

No entanto, o próprio Ministério, abordado pelo VALOR, considerou o assunto como um “erro de redacção do documento e que estava a ser corrigido” e que a eliminação da obrigatoriedade “não

aconteceria sob nenhuma hipótese”.

O projecto de tornar simplificada e menos burocrática a criação de estabelecimentos comerciais vem sendo anunciado ao longo dos anos. As medidas foram passando por emitir o alvará em menos tempo possível e nas direcções do Ministério do Comércio nas restantes províncias.

PRIVADOS ‘ENTRAM’ NOS NOTÁRIOS

O Governo pretende autorizar o licenciamento de cartórios notariais privados. A medida, que já vem suscitando debates públicos, pode tornar-se efectiva. Segundo o documento já citado, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos deve tratar de todo o “expediente que permita a atribuição de fé pública

aos cartórios notariais privados de forma célere e expedita”.

Constam ainda medidas como a anulação dos procedimentos estabelecidos para a constituição de cooperativas de produtores familiares e a revogação da obrigatoriedade da avaliação de impacto ambiental e a emissão de impacto ambiental, em alguns casos.

As medidas pretendem dar uma resposta ao sector produtivo por causa da covid-19 e prevêem, entre outras, a aceleração do pagamento da dívida pública e o estabelecimento de uma linha de liquidez de 100 mil milhões de kwanzas “para que os bancos possam proceder ao adiantamento da folha de salários de Abril para as empresas privadas que tiverem dificuldade de liquidar o salário do referido mês”.

Mercados & Negócios

FÁBRICAS REAJUSTAM-SE CONTRA A COVID-19

Huilux e Basel aumentam produção de desinfectantes em Angola

INDÚSTRIA. Pressão da procura obriga unidades fabris a apostarem todas as fichas na produção de álcool em gel, lixívia e outros. Dificuldades na importação mantêm-se, face à morosidade na concretização de transferências para o exterior.

Por Guilherme Francisco

Com uma produção média de 90 toneladas por semana, a fábrica de produtos de desinfestação Huilux prevê aumentar “rapidamente” a produção em resultado do aumento da procura, precipitado pela pandemia do novo coronavírus.

Mário Santos, director-geral da empresa, explica que, para já, a maior dificuldade prende-se com a “morosidade” nas transferências para o pagamento de matéria-prima a fornecedores na Ásia, Europa e América do Sul, zonas que se debatem com casos elevados da covid-19 e em que se registam restrições nas importações.

Das nove dezenas de toneladas produzidas actualmente todas as semanas, destaque recai sobre a lixívia (10 toneladas/dia), álcool

10

Toneladas. Produção semanal de lixívia de um total de 90 toneladas de produtos diversos para higiene como álcool gel e sabonete líquido.

em gel (duas toneladas diárias), sabonete líquido bactericida (uma tonelada por dia) e duas toneladas diárias de solução alcoólica para a desinfecção das mãos. Tudo é fabricado em seis linhas de produção, preenchidas por 71 trabalhadores divididos em três turnos.

Em relação a despesas, Mário Santos calcula que a empresa tenha investido cerca de 102 milhões de kwanzas, nesta fase de crise, para aquisição de matéria-prima fora e dentro do país, a exemplo do etanol comprado à Biocom, estando



Empresa produz duas toneladas/dia de álcool em gel

também, no Ministério do Comércio, facturas em licenciamento no valor de 160 mil euros.

Mário Santos assegura que a empresa tem stock para continuar a produzir nos próximos três meses e atender “imediatamente” os grandes clientes, entre os quais o Grupo Zahara, detentor dos supermercados Kero, a Maxi, e instituições do Estado, incluindo hospitais, o Sinse, o Ministério da

Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério do Interior.

Outra fábrica, a Basel, está a transformar todas as linhas para a produção do álcool em gel, de modo a aumentar as actuais 15 toneladas, com a prevista chegada ao país de matéria-prima, de acordo com o director-geral, Paulo Gonçalves, que contabiliza em 75 toneladas a produção diária de lixívia.

NO 1º TRIMESTRE

**Petro-
líferas
vendem
815,89
milhões
de dólares
aos
bancos**

As petrolíferas venderam pouco menos de 815,9 milhões aos bancos comerciais durante os primeiros três meses de 2020, perfazendo uma média de cerca de 272 milhões de dólares por mês.

O Banco Nacional de Angola decidiu, em Novembro de 2019, liberalizar a venda das divisas por parte das petrolíferas, permitindo que estas voltassem a vender a totalidade das disponibilidades directamente aos bancos comerciais a partir de Janeiro de 2020. No primeiro mês depois da decisão as petrolíferas disponibilizaram mais de 277.747,4 mil dólares, além de 95 mil euros como resultado de 103 transações efectuadas.

Já em Fevereiro, efectuaram-se noventa transações que resultaram na venda de cerca de 279.056,5 mil dólares. O mês de Março foi o menos produtivo com 73 transações e 259.083,5 mil dólares comercializados.

No referido período, o kwanza desvalorizou-se cerca 4% face ao dólar nas referidas operações ao passar de uma média ponderada de 500,909, em Janeiro, para 521,073 para cada kwanza, em Março.

(In)formalizando

EFEITOS DA CRISE DA COVID-19

Incertezas nos pequenos negócios

EMPREENDEDORISMO. Neusa de Brito, Lurdes Manuel Silvestre e Matias Daniel são alguns dos empreendedores que partilhavam, ao VALOR, ansiedades comuns sobre o pós-pandemia. Incerteza é a palavra de ordem.

Por Guilherme Francisco

Por um lado, as medidas já colocadas em prática: despedimentos, redução de pessoal e outros cortes na despesa, por outro, os receios do que vem pela frente: falências, reinvenção dos negócios e queda nas receitas. A pandemia do novo coronavírus pôs os empreendedores angolanos a navegarem num mar de incertezas, agravando as dificuldades comuns que se arrastam desde a crise da segunda metade de 2014.

“Estamos feitos ao bife, anuncia Neusa de Brito, responsável da loja online Brineuma, que se vê impossibilitada de importar produtos da China. “É difícil visualizar o regresso ao negócio”, antecipa a empreendedora, mantendo entretanto a esperança de se tornar numa fornecedora de referência de produtos infantis, apesar de já ter mandado para casa três trabalhadores. “Só vencerá quem tiver melhor jogo

de cintura”, insiste.

Lurdes Manuel Silvestre é outra empreendedora que teve de dispensar os funcionários antes da entrada em vigor do Estado de Emergência, decretado pelo Presidente da República. “Por causa da redução de clientes e pelo bem-estar de todos”, justifica, antecipando prejuízos acima de um milhão de kwanzas, decorrentes da paralisação temporária do seu negócio no ramo da beleza e decoração. “Podemos ter falta de clientes porque muitos ainda estarão com desconfiança de frequentar espaços públicos mas, se prorrogarem o Estado de Emergência, as coisas complicam mais para nós”, recebeia.

Por sua vez, Matias Daniel, CEO da Altamente Digital, explica que teme não apenas perdas financeiras com o encerramento temporário do seu empreendimento, mas também a hipótese de entrar “em declínio com os parceiros e patrocinadores”, o que pode conduzir à falência. “A falência é eminente para todas as empresas, principalmente as pequenas, mas isto vai efectivar-se apenas para aquelas que não adoptarem estratégias suficientemente boas”, analisa, defendendo políticas do Governo para a salvaguarda

das pequenas e médias empresas.

Com as perspectivas traçadas para este ano a serem derrubadas pela Covid-19, Matias Daniel, ainda assim, espera implementar “serviços inovadores”, fruto da parceria com a congénere sul-africana English Plus Academy Of Cape Town.

PEQUENOS RESISTENTES

Há empreendedores que acreditam, no entanto, que a pandemia em nada afectará as metas para o presente ano. É o caso do Centro Empreender Transforma (CET), onde existe o sistema coworking. Segundo a CEO Inene dos Santos, a empresa facturou 12 milhões de kwanzas em 2019 e espera facturar, no exercício corrente, 36 milhões de kwanzas.

Desde o início do ano, o centro já embolsou de receitas 3,5 milhões de kwanzas, o que leva Irene dos Santos a descartar problemas no pagamento de salários e na implementação dos projectos de investimentos em startups, agência digital e formação online, esta última a efectivar depois do período de emergência.

José Lisboa, da empresa Company Anastacia, prossegue as actividades em casa pelo facto de a



Salões de cabelo e lojas de venda de produtos de beleza estão entre os negócios mais expostos

empresa actuar no segmento online. O empreendedor admite a redução de clientes, contabilizando já algumas perdas financeiras, mas que não afectam “significativamente” a empresa.

NEGOCIAR É A SOLUÇÃO

O economista Inocêncio das Neves acredita que muitas pequenas e médias empresas não conseguirão sobreviver depois da crise da Covid-19, sobretudo as ligadas ao sector da restauração, hotelaria e turismo, cujo ciclo de geração de receitas é determinado por clientes individuais que procuram pelos seus serviços numa base diária. Isso sem pôr de parte os custos

“com a renda dos imóveis, prestações de liquidação de créditos junto dos bancos e de outros fornecedores de bens e serviços”.

Apontando a “arte de negociação como a escapatória”, Inocêncio das Neves refere que as empresas têm algumas opções, sobretudo, com os colaboradores que participam directamente no processo de produção ou prestação de serviços.

Quanto aos dos serviços administrativos, estes podem ter uma suspensão temporária dos contratos de trabalho, sendo uma decisão “arriscada do ponto de vista de gestão de capital humano”, mas também em termos legais “se não forem acautelados todos os pressupostos jurídico-administrativos”.

DEJURE

O estado de emergência e a participação dos cidadãos em actos processuais junto de entidades judiciárias



Luís Paulo Monteiro,
Advogado

Angola regista, pela primeira vez (?), o estado de emergência, uma medida constitucional tomada pelo Presidente da República, através do decreto legislativo 81/20, de 25 de Março, com o fundamento no facto de o país estar numa situação de iminente calamidade pública.

Trata-se de uma medida considerada de excepção pela Constituição da República e, durante o período da sua vigência de 15 dias, estarão suspensos alguns Direitos dos cidadãos.

É importante que os cidadãos saibam que há direitos que não são afectados por essa medida, nos termos do artigo da Constituição que transcrevemos, com particular relevância para o n.º 5 do Artigo 58.º da CRA (Limitação ou suspensão dos direitos, liberdades e garantias).

Em caso algum, a declaração do estado de guerra, do estado de sítio ou do estado de emergência pode afectar a aplicação das regras constitucionais relativas à competência e ao funcionamento dos órgãos de soberania, os direitos



e imunidades dos membros dos órgãos de soberania, os direitos à vida, à integridade física, à identidade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, à não retroactividade da lei penal, o direito de defesa dos arguidos e à liberdade de consciência e de religião.

Com efeito, até que o estado de normalidade constitucional volte a vigorar, o bom senso recomenda que as medidas de excepção devem ter como primado a razoabilidade e a contenção nas relações quotidianas entre as autoridades públicas e os cidadãos. Significa que o estado de excepção

não é uma excepção ao Direito.

A lei sobre o estado de sítio e o estado de emergência – Lei n.º 17/91, de 11 de Maio – é bem elucidativa quando refere no seu artigo 9.º que “todo o cidadão mantém o direito de acesso, nos termos da Lei, aos órgãos jurisdicionais, durante a vigência do estado de sítio e do estado de emergência, para a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos lesados ou ameaçados de lesão, por quaisquer providências ilícitas”.

Justifica-se porque o poder público, entenda-se o executivo, durante o período de anormalidade Constitucional, pode ter

necessidade do uso da força na aplicação das medidas administrativas e organizativas.

Assim sendo, a letra do n.º 2 do artigo 57.º da CRA é clara (...) as autoridades não podem diminuir a extensão nem o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais. Logo, as Forças de Polícia e as Forças Armadas deverão justificar materialmente as suas intervenções sempre que restrinjam direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A boa técnica interpretativa da Constituição da República dá preferência ao princípio da dignidade humana quando este esteja em

confronto com o Estado - poder.

O artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março, interdita a circulação e a permanência de pessoas e veículos na via pública, devendo os cidadãos estar submetidos a recolhimento domiciliar.

Por conseguinte, ninguém deve sair de casa, a menos que seja estritamente necessário e de acordo com as excepções previstas no decreto.

EXCEPCIONALMENTE, as pessoas só podem circular e permanecer na via pública, de entre outros casos, os seguintes:

j) Participação em actos pro-

cessuais junto de entidades judiciais;

Os cidadãos vêem aqui respeitada uma garantia legal para o acesso às entidades judiciais.

Por conseguinte, quais são as outras garantias Constitucionais dos cidadãos em conflito com a Lei que não foram suspensas?

- Direito de consultar o advogado antes de prestar qualquer declaração – al. e) do artigo 63.º da CRA.

- Direito de ficar calado e não prestar declarações antes do seu advogado chegar – al. f) do artigo 63.º da CRA.

- Direito de Defesa, de Recurso e Patrocínio judiciário – n.º 1 do art. 67.º da CRA.

- Direito de escolher o seu defensor – n.º 3 do artigo 67.º da CRA.

- Direito de receber visitas do seu advogado – n.º 4 do artigo 67.º da CRA.

- Direito de interpor Recurso (em matéria Penal) – n.º 6 do art. 67.º da CRA.

O mais importante é assegurar que nada impeça ao cidadão o acesso ao seu advogado (n.º 3 do artigo 67.º da CRA) e ao direito e aos tribunais, que são o garante da função jurisdicional do Estado angolano (art. 174.º da CRA).

No entanto, as Forças Policiais e as Forças Armadas têm com frequência estado a identificar os advogados e advogados estagiários quando estes se encontram na via pública e se dirigem a uma entidade judiciária (autorizadas a trabalhar) para assistir ao primeiro interrogatório de arguido ou acompanhar semelhante diligência judicial.

Convém lembrar que todos os advogados ou advogados estagiários estão devidamente identificados e inscritos na Ordem dos Advogados de Angola e possuem um cartão de identidade de advogado ou cédula profissional provisória onde consta a data de inscrição, assim como o prazo de validade.

Enquanto vigorar o estado de emergência, são válidos e eficazes os documentos oficiais mesmo que caducados (artigo 35.º do Decreto Presidencial n.º 82/20, de 26 de Março).

As autoridades judiciais têm

Até que o estado de normalidade constitucional volte a vigorar, o bom senso recomenda que as medidas de exceção devem ter como primado a razoabilidade e a contenção nas relações quotidianas entre as autoridades públicas e os cidadãos. Significa que o estado de exceção não é uma exceção ao Direito.

estado também a exigir a prova do mandato forense ou a notificação respectiva (n.º 3 do artigo 101.º do EOAA).

Em caso de procedimento criminal, as polícias devem remeter sempre à Ordem dos Advogados certidão das participações apresentadas contra os advogados (n.º 2 do artigo 79.º do EOAA).

Com efeito, nos termos do art. 46.º dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola, aprovados através do Decreto n.º 28/96, de 13 de Setembro, e alterados pelo Decreto n.º 56/05, de 15 de Agosto, os Magistrados, agentes de autoridade e funcionários públicos devem assegurar aos advogados, quando no exercício da sua profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas para o cabal desempenho do mandato.

O direito de defesa tem uma protecção especial. É, pois, por

isso, que os advogados, que são procuradores dos cidadãos, têm, em nome destes, um conjunto de prerrogativas para o (melhor) exercício das suas funções.

O direito de conferenciar pessoal e reservadamente com o seu cliente, a protecção da correspondência e do escritório do advogado são alguns dos direitos instrumentais ao direito de defesa.

Por isso, quem exerce a advocacia está obrigado a cumprir um conjunto de regras éticas e deontológicas que visam garantir a sua qualidade de servidor do direito e da justiça. Para a protecção dessas regras, a Ordem dos Advogados tem jurisdição exclusiva sobre os advogados, sendo a única instituição que pode aplicar sanções disciplinares aos advogados e advogados estagiários.

A administração da justiça, assim como o acesso a ela e ao próprio direito exige de todos uma atitude responsável e colaborante, pelo respeito das imunidades dos advogados e com a noção clara de que sem advogados não há Justiça digna desse nome, nem a defesa dos direitos, liberdades e garantias.

Por conseguinte, as imunidades dos advogados consagradas expressamente no n.º 2 do artigo 194.º da Constituição da República garantem ao advogado que esteja no exercício da profissão que, diligências semelhantes às buscas, apreensões, arrolamentos sejam ordenadas por decisão Judicial e só possam ser executadas na presença de representante da Ordem dos Advogados. As decisões Judiciais são proferidas por juízes.

Quando esteja em causa a prática de um facto ilícito punível com pena superior a dois anos e cujos indícios imputem ao advogado a sua prática, o processo deve ser comunicado à Ordem dos Advogados (n.º 2 do artigo 194.º da CRA).

No entanto, enquanto se mantiver o estado de emergência, todos devemos respeitar as providências prévias decretadas pelas autoridades no quadro das medidas de prevenção e combate à expansão da covid-19 no que concerne aos direitos de circulação comunitária.

E uma dessas providências é: ninguém sair de casa, a menos que seja estritamente necessário.

***Bastonário da Ordem dos Advogados**

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Gestão

Indústrias que facturaram em meio de pandemia

BANCA. Com a economia mundial de rastos e em convulsões que ameaçam a sua sobrevivência, as condições de operação dos negócios alteraram-se profundamente e muitos grandes e pequenos negócios sucumbem à pressão. No entanto, há quem facture com as condições adversas e quem veja nelas a oportunidade. Conheça algumas das indústrias a navegar as águas revoltas com sucesso.

A transportação que deixou de ser feita com a diminuição da movimentação de pessoas, resultou num aumento da facturação de empresas como a Amazon. Também gigantes como a Uber adaptaram os seus serviços para entregas e idas às compras para poderem rentabilizar a estadia das pessoas em casa e manter o funcionamento em meio de pandemia. A aplicação de entrega de mercearias da Alibaba dias com 100 mil downloads em comparação com a média do ano anterior que não chegou aos 30.

Por Redação

JOGOS E ENTRETENIMENTO ONLINE

Se plataformas como o Netflix ofereceram um mês gratuito, saiba que os ganhos em termos de novas subscrições e tempo passado na plataforma é várias vezes superior com o “stay at home”, “fica em casa”, a tornar-se o moto viral. A indústria dos jogos online na China que já é muito desenvolvida, viu um aumento de vendas online de mais de 40% e registou 222 milhões de novas subscrições.

ENTREGAS E CORREIOS

RESTAURANTES COM ENTREGA

A restauração com capacidade de entrega, como as pizzarias que já se especializaram na comodidade do cliente e que já estabeleceram uma base sólida estão actualmente a contratar funcionários para aumentar a rede de entregas. Exemplo disso é a PapaJohns americana ou mesmo a Telepizza portuguesa e que opera em também em Angola.

MÉDICAS E DE SAÚDE

A telemedicina viu um salto



quantitativo e qualitativo com as linhas e aplicações de atendimento à distância para esclarecimento de dúvidas e apoio de saúde a providenciarem uma alternativa instrumental aos hospitais que estão sobrecarregados com os casos e a necessidade de prevenção da pandemia.

LIMPEZA E DESINFECÇÃO os serviços de limpeza sanitária de profundidade que estão preparados para proceder à desinfeção de instituições públicas como hospitais e clínicas estão em alta demanda durante a epidemia, bem como as fabricas com

possibilidade de produção ou de adaptação das suas linhas à produção de desinfetantes, álcool, sabão, máscaras e luvas.

EDUCAÇÃO E TRABALHO À DISTÂNCIA

As aplicações e plataformas que permitem a educação e o trabalho à distância dispararam em número de downloads e utilizadores. São exemplos o Zoom, a WeChatWork viu um crescimento de 572% e a Tencent que se foca em aplicações de teleconferência viu um aumento de downloads dos 250 mil para os cinco milhões desde o início da pandemia.

FITNESS ONLINE

Porque agora a manutenção da saúde e o aumento da imunidade estão no topo das prioridades, uma das indústrias que assiste a um boom, pelo menos no que a vendas online diz respeito, é a que fornece treinos e aulas de ginástica online que milhões de pessoas descarregaram nos seus telefones, computadores e smart TVs de modo a se exercitarem em casa.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

Porque não estender a emergência aos 1,1 mil milhões de Isabel dos Santos

É verdade que o Presidente da República já disse que o Governo não pretende negociar com a empresária. E a ideia que ficou expressa é que a negociação representaria um retrocesso à luta contra a corrupção, o que não é necessariamente verdade. Contra Isabel dos Santos correm dois processos. Um civil e um criminal e – os juristas que corrigem – os processos civis têm, de facto e de jure, margem para negociações.



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

saiu de moda. Mas não passou despercebida.

Foi necessário confirmar a data para se ter a certeza de que se trata de uma nova decisão do Tribunal de Lisboa em relação ao processo civil imposto contra Isabel dos Santos pelo Governo que reclama uma dívida de mais 1.136 milhões de dólares que terá resultado de financiamentos da Sonangol à empresária e ainda de negócios com a Sodiam, segundo as alegações do Governo.

O valor está muito próximo dos 1.150 milhões de dólares que o Governo estima poupar com uma negociação mínima de 50% da dívida interna, no âmbito das medidas macro, para fazer face à crise provocada pela fórmula que se segue:

(Queda da Produção Petrolífera Nacional) + (≠ entre Rússia e Arábia Saudita) = (Muito Petróleo no Mercado) + (Impacto do Coronavírus) = Redução da Procura no Mercado)... = Queda do Preço do Petróleo (petróleo que

é o garante da grande parte dos recursos aos cofres do Estado).

Portanto, este ano, o Governo estava à espera de vender por 55 dólares cada barril de petróleo, mas esta média só terá sido conseguida em Janeiro, altura em que o preço oscilou entre os 56 e os 66 dólares. Desde o primeiro dia de Fevereiro, em apenas três ocasiões, o petróleo terminou o dia a ser negociado acima ou a 55 dólares. Durante alguns dias, o preço esteve abaixo dos 40 até dos 30 dólares.

Resumindo, a situação é de aperto, com resquícios de gravidade porque os sinais dizem que o preço do petróleo nos próximos anos estará sempre abaixo das previsões do Governo, caso se insista no modelo actual de elaboração do OGE.

Posto isso, regressemos ao caso Isabel dos Santos e à dívida reclamada pelo Estado de 1.136 milhões de dólares. A empresária nega o valor, mas reconhece ter alguma dívida, sublinhando

que este disponível para pagar.

Ora, se as partes reconhecem existir uma dívida, estando o diferendo no valor, porquê esperar pela morosidade dos processos judiciais, agravada agora pelas limitações de trabalho imposto pelo Coronavírus, quando as partes podem sentar-se e resolver?

É verdade que o Presidente da República já disse que o Governo não pretende negociar com a empresária. E a ideia que ficou expressa é que a negociação representaria um retrocesso à luta contra a corrupção, o que não é necessariamente verdade. Contra Isabel dos Santos correm dois processos. Um civil e um criminal e – os juristas que corrigem – os processos civis têm, de facto e de jure, margem para negociações.

E, neste caso, a negociação passaria pelo processo civil, o tal de 1.136 milhões que, para a situação de emergência que o país vive, fazem muita falta.

As partes devem, pois, pensar o país e sentar-se, uma vez que os resultados só podem ser os seguintes:

Cenário 1: Governo convence que tem razão. Empresária paga e retoma as actividades normais, óptimo.

Cenário 2: Isabel dos Santos convence que afinal tem razão. Paga apenas o valor que deve e, pelo momento que exige solidariedade dos empresários, decide entregar ainda assim a diferença (ou parte) que, afinal, não deve ao Governo, óptimo.

Cenário 3: As partes não se entendem e o processo segue, péssimo... Não se pensou! Mas o estado de emergência imposto pelo coronavírus e pelo próprio estado da economia exige que se corra o risco da negociação.

No último final de semana, Isabel dos Santos voltou a ter activos arrestados em Portugal, no caso, as participações que detém na portuguesa NOS.

Numa altura em que está tudo direccionado contra o coronavírus, a notícia em relação a este novo arresto por pouco passaria por velha, sobretudo, pela ligação com o Luanda Leaks, que já

“*Temos de trabalhar em conjunto para salvar vidas, satisfazer necessidades imediatas através de respostas de emergência e planear soluções de longo prazo para apoiar a recuperação e criar resiliência.*”

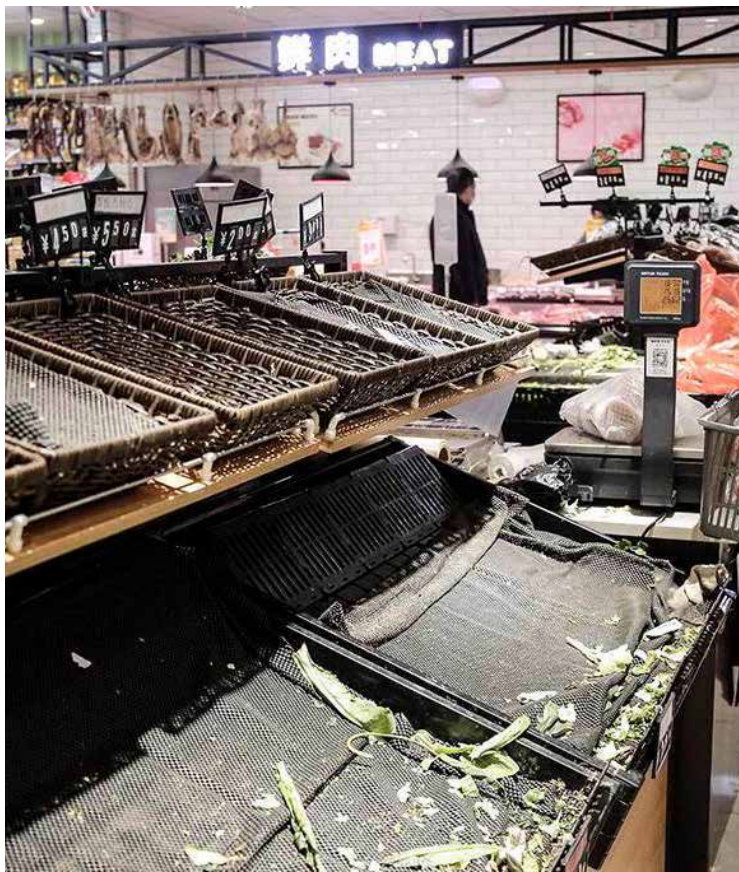
É preciso garantir a segurança alimentar na era da Covid-19



Agnes Kalibata



Martin Cole



A COVID-19 insinuou-se lentamente nas nossas comunidades. À medida que tentamos garantir a saúde e a segurança das nossas famílias, para muitas pessoas a alimentação nunca pareceu tão importante, tanto como fonte de nutrientes como, para muitos, de conforto. A questão é se, com a continuação das perturbações económicas, conseguiremos impedir uma crise alimentar decorrente da pandemia.

Aquilo que comemos e o modo como comemos afecta a nossa saúde e o nosso bem-estar. Dependemos dos agricultores e de que continuem a trabalhar nos seus campos, dos caixas de supermercado e de que apareçam para trabalhar e dos condutores que entregam os nossos alimentos aos mercados ou às portas das nossas casas. Mas as tensões existem. Em determinados locais, os alimentos nutritivos começam a escassear. Entre outras preocupações, os alimentos estão a ser açambarcados, deixando poucas prateleiras aos consumidores.

Todos temos de agir. Temos de trabalhar em conjunto para salvar vidas, satisfazer necessidades imediatas através de respostas de emer-

gência e planear soluções de longo prazo para apoiar a recuperação e criar resiliência. Os governos e os líderes responsáveis precisam de promover e de proteger abastecimentos alimentares fiáveis, seguros e acessíveis, especialmente para os mais vulneráveis no mundo.

Antes do surto do coronavírus, a insegurança alimentar já era um problema grave. Mais de 820 milhões de pessoas – uma em cada nove – não tinham o suficiente para comer. Destas pessoas, 113 milhões enfrentam uma fome tão grave que coloca uma ameaça imediata à vida e à subsistência. O impacto económico da pandemia levará ao aumento destes números. Os grupos mais vulneráveis são pessoas desfavorecidas das zonas urbanas, habitantes das zonas remotas, migrantes, os que têm empregos informais, pessoas em zonas de conflito e outros grupos vulneráveis. Como notou recentemente a Aliança Global para a Melhoria da Nutrição, as pessoas subnutridas e com deficiências imunitárias correm maiores ris-

Temos de trabalhar em conjunto para salvar vidas, satisfazer necessidades imediatas através de respostas de emergência e planear soluções de longo prazo para apoiar a recuperação e criar resiliência. Os governos e os líderes responsáveis precisam de promover e de proteger abastecimentos alimentares fiáveis, seguros e acessíveis, especialmente para os mais vulneráveis no mundo

cos e são mais susceptíveis à propagação do vírus.

Qualquer resposta eficaz a uma crise alimentar relacionada com a COVID-19 obrigar-nos-á a examinar como devemos reestruturar os nossos sistemas alimentares globais e nacionais. O objectivo consiste em garantir a estabilidade política e financeira, em proteger as nossas comunidades da saúde precária e da degradação ambiental e em garantir a vitalidade da economia. Tal como os cuidados de saúde, os alimentos têm de poder atravessar fronteiras livremente. Os produtores de alimentos têm de garantir que os alimentos saudáveis e nutritivos estejam disponíveis e que não sejam desperdiçados.

Como aprendemos durante a Grande Recessão de 2008-09, os governos – com o apoio das instituições financeiras, das Nações Unidas e de outras entidades – podem atenuar o risco de carências alimentares globais e da subida dos preços. Os pacotes de estímulos estabilizaram o sector agrícola com programas de distribuição de sementes e de adubos e subsídios para tractores e outras máquinas agrícolas. Os consumidores receberam apoio alimentar e refeições escolares.

Os governos precisam de manter diálogos transparentes com as empresas, organismos técnicos, organismos académicos e a sociedade para endereçar os riscos emergentes. Precisamos de aproveitar os mecanismos globais existentes, como o Comité para a Segurança Alimentar Mundial, para evitarmos crises alimentares. Estas entidades proporcionam plataformas para debates sobre políticas e uma câmara de compensação para ferramentas de orientação. Acima de tudo, os responsáveis têm de promover a estabilidade, a transparência, a responsabilização, o estado de direito e a ausência de discriminação ao enquadrarem as normas regulamentares para a alimentação.

Adicionalmente, os governos têm de criar ou de fortalecer mecanismos de protecção social para

proteger os mais vulneráveis. Os idosos, os deficientes, as mulheres grávidas ou que amamentam, os bebés, as crianças em idade escolar e os prisioneiros que dependem de programas de alimentação são os mais susceptíveis à insegurança alimentar.

É essencial que aumentemos a resiliência dos nossos sistemas alimentares. O fortalecimento da gestão dos mercados e a criação de redundâncias para evitar perturbações das cadeias de abastecimento vão ajudar a garantir que estes sistemas funcionem sem problemas durante a crise. As actividades relacionadas com a produção, o armazenamento, a distribuição, o empacotamento, a venda a retalho e a comercialização dos alimentos não podem ser suspensas. As empresas devem continuar a inovar. E precisamos de medidas que protejam os trabalhadores do sector alimentar e que evitem a expansão da COVID-19.

Não é o momento de entrarmos em pânico. Temos de evidenciar solidariedade nas nossas comunidades para que os povos indígenas, os agricultores familiares e os pequenos produtores rurais continuem a plantar, a colher, a transportar e a vender alimentos sem comprometer a segurança. Isso é possível.

Ajudemo-nos uns aos outros a enfrentar esta situação. Antes do início desta pandemia, o secretário-geral da ONU, António Guterres, agendou uma cimeira para os sistemas alimentares para 2021, com o objectivo de fortalecer a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Não podemos esperar. A acção tem de começar já.

Agnes Kalibata
Enviado especial do secretário-geral da ONU para a Cimeira dos Sistemas Alimentares 2021

Martin Cole
Presidente do Comité de Alto Nível de Peritos em Segurança Alimentar e Nutrição.

Covid-19

NA BOLSA DE LONDRES

BAD com emissão de 3 mil milhões USD

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) entrou para o índice do Mercado Sustentável de Títulos, ao colocar na bolsa de Londres a emissão de 3.000 milhões de dólares.

Segundo o jornal 'Mercado', a instituição anunciou "orgulho" por a "nossa primeira colocação na bolsa de Londres ser um título social", disse o presidente do BAD, Akinwumi Adesina, acrescentando que "é apenas o princípio do fortalecimento da relação entre o "BAD" e a bolsa londrina".

O BAD fez a maior emissão de dívida da sua história, angariando três mil milhões de dólares nos mercados financeiros, cujos títulos 'Combate à Covid-19, com uma taxa de juro anual de 0,75%, estão, a partir de agora, disponíveis para serem transacionados no mercado secundário através da bolsa de Londres e depois canalizados para ajudar os países africanos no combate ao novo coronavírus.



VENDA CLANDESTINA DE BEBIDA

Moçambique fecha mais de 1.000 bares e barracas

As autoridades moçambicanas encerraram 1.250 bares e barracas (espaços de venda de bebidas alcoólicas) em todo o país, por violação do estado de emergência face à covid-19.

Segundo a Inspeção-Geral das Actividades Económicas (INAE), os estabelecimentos contrariaram a ordem de encerramento. A inspectora-geral da INAE, Rita Freitas, recordou que, ao abrigo do estado de emergência, apenas estabelecimentos comerciais de venda de bens essenciais podem funcionar, incluindo lojas, mercados e supermercados, mas observando medidas preventivas contra a covid-19.

Vários bares e barracas caíram na alçada das autoridades por venderem clandestinamente bebidas alcoólicas, que depois são consumidas nas imediações dos locais de venda por pessoas, que ali se aglomeram.

A inspectora-geral da INAE avançou também que foram encontrados restaurantes a infringir as restrições impostas pelo estado de emergência, como a obrigatoriedade de redução e rotatividade dos trabalhadores, diminuição do número de mesas e desinfecção regular dos estabelecimentos.

ATÉ 17 DE ABRIL

Mais seis voos entre Angola e Portugal

Um total de seis voos 'charter' estão agendados até 17 de Abril para fazer a ligação entre Angola e Portugal, cinco dos quais entre Luanda e Lisboa e um para o Porto.

Além do voo da EuroAtlantic Airways que vai levar de regresso a Portugal um grupo de 250 portugueses, numa operação contratada pela Alive Portugal, a mesma agência de viagens anuncia mais dois voos entre Luanda e Lisboa, a 9 e 17 de Abril.

Segundo a Agência Lusa, a Across, em parceria com a Kitanda das Viagens Angola e Mercado da Viagens Viseu, vai operar voos 'charter' da HiFly, com partidas anunciadas para os dias 8 e 14 de Abril.

A Travelgest, por seu lado, anuncia para o dia 16 de Abril um 'charter' operado pela Air Europa para ligar Luanda e Porto.

O país fechou as fronteiras aéreas, terrestres e marítimas à circulação de pessoas a 20 de Março, para tentar conter a propagação da covid-19, mas tem autorizado voos especiais para estrangeiros que desejam regressar aos seus países.



COVID-19

Boris Johnson hospitalizado

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, infectado com o novo coronavírus (covid-19), continua "no comando" do governo apesar de ter sido hospitalizado.

Segundo o ministro da Habitação, Robert Jenrick, o primeiro-ministro está no hospital a realizar testes, mas vai continuar a ser informado sobre o que se passa no governo.

O primeiro-ministro britânico foi hospitalizado no domingo à noite, na capital britânica. De acordo com o gabinete de Boris Johnson, o primeiro-ministro vai ser submetido a testes porque mantém os sintomas 10 dias depois de lhe ter sido diagnosticada a doença.



BISPOS RECUSAM

Extrema-direita italiana quer igrejas abertas na Páscoa

O líder da extrema-direita em Itália, Matteo Salvini, defendeu que as igrejas devem estar abertas ao público para os ritos da Páscoa, mas a Conferência Episcopal recusou, apelando à responsabilidade em plena pandemia. Segundo o cardeal e presidente da conferência Episcopal italiana, Gualtiero Basseti, "o momento é de responsabilidade e vamos ver quem é capaz de demonstrá-lo". Matteo Salvini, líder da Liga, defendeu nas redes sociais que as igrejas deviam reabrir para os ritos da semana pascal, afirmando que "a ciência por si só não chega" para travar o novo coronavírus, sendo também necessário "o bom Deus".



O CAFÉ CAZENGO SOB O LEMA os “nossos heróis” ofeceu máquinas de cafés e capsulas as unidades hospitalares onde se encontram internados os pacientes com resultado positivo do Coronavírus. “O café com certeza vai mantê-los atentos e lúcidos nessa difícil tarefa”, defendeu José Gonçalves, administrador da empresa



PARA A COMPRA DE MÁSCARAS

Os três maiores bancos do Brasil destinam 8,7 milhões de euros

Os três maiores bancos privados do Brasil vão doar 8,7 milhões de euros para a compra de máscaras de protecção destinadas aos governos estaduais e comunidades mais vulneráveis face à pandemia da covid-19.

Os bancos Bradesco, Itaú Unibanco e Santander, que em 2019 somaram um lucro líquido de cerca de 11 mil milhões de euros, pretendem adquirir cerca de 15 milhões de máscaras para ajudar as autoridades de Saúde a conter a disseminação do novo coronavírus no Brasil, o país latino-americano mais afectado pela pandemia.

O esforço conjunto também visa “apoiar os negócios de pequenas empresas”, uma vez que as máscaras serão produzidas por microempresas, “investindo na sua capacidade produtiva e garantindo a compra da sua produção”.

FISCALIZAÇÃO DO INADEC

Comerciantes detidos por especulação

Responsáveis das farmácias Ariplus e Wenha, ambas situadas no distrito do Camama, em Luanda, foram detidos pela Polícia Nacional, por especulação de preços na comercialização de produtos e meios de protecção contra a covid-19.

De acordo com uma nota do Instituto Nacional da Defesa do Consumidor (Inadec), as detenções culminaram com a abertura de processos e posteriores responsabilidades criminais.

A Ariplus responde por comercializar álcool gel no valor 4.900 kwanzas, anteriormente vendidos a 2.050 kwanzas.

Já a direcção da Farmácia Wenha por vender luvas a retalho, no valor correspondente a 10.000 kwanzas a caixa, quando antes vendia a menos de três mil kwanzas.



DURANTE ESTADO DE EMERGÊNCIA

Grandes Moagens e padarias garantem pão de graça

A Grandes Moagens de Angola (GMA), em colaboração com o Governo, firmaram um acordo com três padarias, que visa a fabricação de pães para oferecer às famílias carentes, ajudando-as a fazer face à pandemia do coronavírus. Apesar de não detalhar qual é a quantidade de farinha de trigo disponibilizada diariamente às padarias, em comunicado, a administração da GMA explica que, no âmbito da parceria, as padarias estão a produzir 50 mil pães, que todas as manhãs têm como destino algumas casas de caridade. Para além da quantidade determinada no acordo, a GMA garante que poderá “aumentar o nível de produção, caso se justifique”.

“Nosso objectivo é assegurarmos a miti-

gação daquilo que pode afectar o abastecimento nacional, de forma regular e em quantidades adequadas, sobretudo nos bens da cesta básica, e com vista à ampliação da prestação do apoio à população angolana”, sublinha a entidade.

Entre as padarias envolvidas, a padaria da ‘Casa dos Frescos’ é a que produz maior quantidade de pães, atingindo diariamente uma cifra de 29 mil pães. A Africana Discount fabrica 15 mil, e a Franguinho 6 mil. Com sede no porto de Luanda, a GMA tem uma capacidade de produzir 1,2 mil toneladas de farinha por dia, e está a investir para aumentar a capacidade em 3,5 mil toneladas/dia.



ABRANGE RECRUTAMENTO, SELECÇÃO E FORMAÇÃO

Estatísticas suspensas

O Instituto Nacional de Estatística (INE) suspendeu todas as acções de recolha de dados aos agregados familiares, empresas e estabelecimentos, devido à pandemia do coronavírus. A suspensão abrange também o processo de recrutamento, selecção e formação de pessoal, no âmbito dos vários inquéritos e recenseamentos. Está suspensa a recolha de dados do IEA – Inquérito ao Emprego em Angola (IEA), Inquéritos Económicos (IE), o REMPE – Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos, o RAPP (Recenseamento Agro-Pecuário e Pesca e IMSS (Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde). Vai continuar, mas de forma parcial, a recolha de Preços no Consumidor e ao Grossista nos postos de recolha onde a actividade comercial se faz sentir.

Marcas & Estilos



Goles milagrosos

Doomed é um copo de borossilicato cristalino para a sua bebida favorita. O nome é uma homenagem a Skull of Doom, que a lenda maia afirma ter o poder da vida e da morte, de curar ou ferir e de criar milagres.



Espinha maleável

A pulseira da Backbone pode ser ajustada através da abertura da cabeça e a cauda, bastando empurrá-las juntas e apertar. Pode ser usada no braço e também no pulso. Feita de prata bastante maleável, requer cuidado ao colocar e ao ajustar.



Design completo

Estas sapatilhas da Jordan são compostas por uma parte superior de couro preto com sobreposições de couro verde. Uma etiqueta com língua bordada vermelha, uma sola verde pinho completam este design.

AUTOMÓVEL

Motor síncrono

Para motorizar esta versão híbrida do Kia Optima PHEV, a marca escolheu o bloco 2.0 com injeção directa. Acoplada está uma caixa automática de seis velocidades e o motor síncrono de ímã permanente. Alojado na transmissão, o motor permite a abolição do conversor binário. A motorização oferece 205 cavalos, com sistema alimentado por um depósito 55 litros e uma bateria de lítio.



TURISMO

Um oásis para o ócio

Conhecida como a pérola azul do mediterrâneo, por ter as praias como o principal cartão-de-visita, Saidia, em Marrocos, apresenta vários pontos como o oásis de Figuig. Próximo à fronteira com a Argélia, desenvolve-se ao longo de uma baía com praias de areia branca e fina, num ambiente com montanhas, desertos, pomares, palácios, medinas e um clima ameno durante quase todo o ano.

LIVROS



Em Manana, de Uanhenga Xitu, somos conduzidos pelas teias urdidas entre campo e cidade e entre mundos tradicionais e impactados pelo colonialismo.



Um Copo de Cólera, de Raduan Nassar, explora a fronteira entre o desejo de dominar e a vontade de ser dominado, entre a paixão e a submissão, expondo as complexas entranhas do amor.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 27 DE MAIO

Artista santomense René Tavares expõe 'Migrações e Coisas, Retalhos de uma História Só', na galeria do Banco Económico. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta das 12 às 19 horas e aos sábados das 10 às 13 horas.

DE 5 A 8 DE JUNHO

O Ministério do Ambiente, em parceria com a Eventos Arena, apresenta a 7.ª edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, na Baía de Luanda.

DE 16 A 17 DE JUNHO

2.ª Edição do Angola Oil & Gas, no Centro de Convenções de Talatona. O evento visa a promoção e a atracção de investimento estrangeiro directo para o país.

DE 19 A 21 DE JUNHO

Feira da Banana (Feiba), na fazenda Novagrolider, em Caxito, no Dande. Evento prevê reunir todos os intervenientes ligados à produção e ao comércio da banana.

NA REGIÃO DO ÁRTICO

Buraco de grandes proporções abre-se na camada de ozono

ATMOSFERA. Segundo cientistas, temperatura da região não é propícia para esse tipo de reacção atmosférica, mas condições climáticas este ano provocaram o fenómeno.

Por Redação

Um novo buraco na camada de ozono foi detectado, desta vez no Ártico, segundo um artigo recentemente publicado na revista Nature. O fenómeno é o maior já registado na região, mas, ao que tudo indica, está recuperar-se rapidamente.

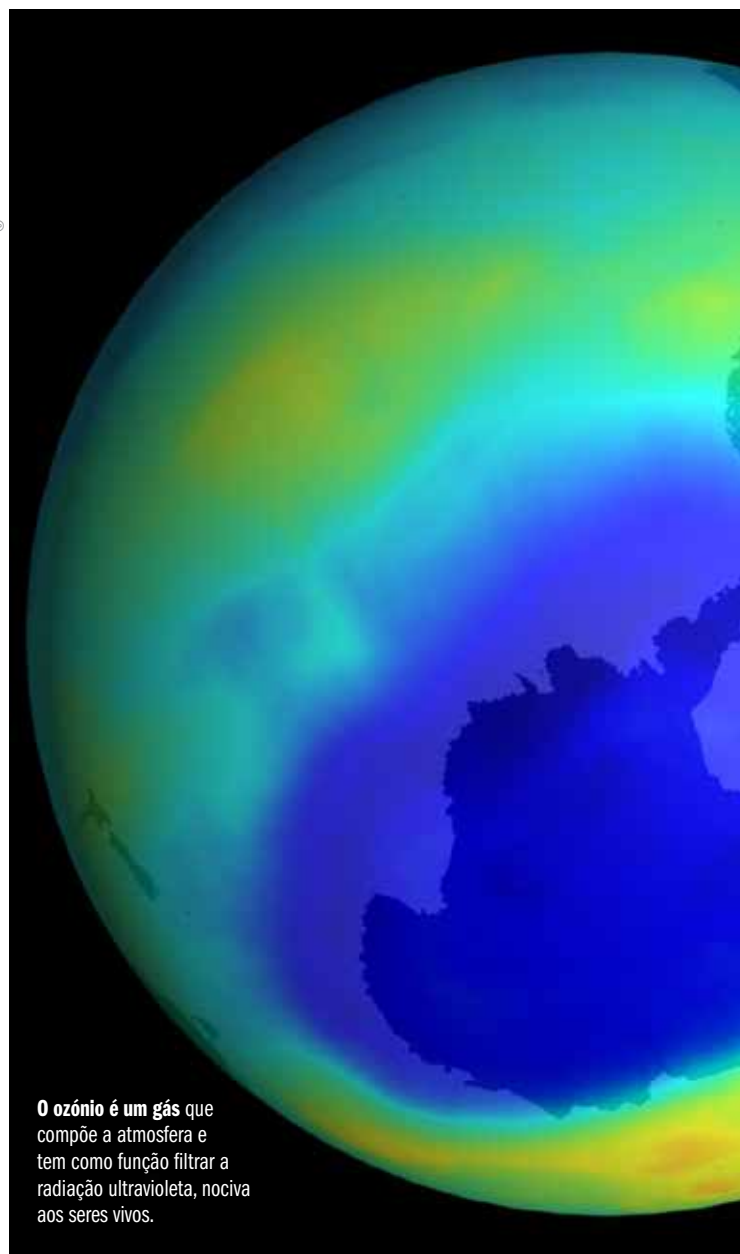
O ozónio é um gás que compõe a atmosfera e tem como função filtrar a radiação ultravioleta, nociva aos seres vivos. Todos os anos, na Antárctica, o frio extremo faz com que nuvens de alta altitude se formem no Pólo Sul. Componentes químicos como cloro e bromo, resíduos de actividades industriais humanas, reagem na superfície dessas nuvens e fazem desaparecer a camada de ozónio, situada entre 15 e 35 quilómetros de altitude.

MEMORIZE

- **Todos os anos, na Antárctica, o frio extremo faz com que nuvens de alta altitude se formem no Pólo Sul. Componentes químicos como cloro e bromo, resíduos de actividades industriais humanas, reagem na superfície dessas nuvens e fazem desaparecer a camada de ozónio.**

No entanto, no Ártico, essas condições atmosféricas são mais raras, uma vez que as temperaturas variam mais (entre quente e frio) e essa destruição do ozónio acaba não acontecendo. Mas, de acordo com o artigo da Nature, em 2020, ventos vindos do Oeste prenderam ar frio sobre o Ártico num vórtice polar (um ciclone), permitindo que nuvens se formassem e propiciassem, assim, as reacções que levam à destruição da camada de ozónio.

Pesquisadores que monitorizam frequentemente esse fenómeno com balões atmosféricos registaram uma queda de até



90% na quantidade de ozónio no fim de Março. Geralmente, eles registam cerca de 3,5 partes por milhão (ppm) de ozónio, agora constataram apenas 0,3.

“O buraco no ozónio do Ártico não é uma ameaça à saúde porque está localizado

sobre áreas de alta latitude que são pouco povoadas”, disse Markus Rex, cientista atmosférico do Instituto Alfred Wegener. Além disso, as temperaturas começam a subir com o fim do inverno, dissolvendo o vórtice polar e recuperando a camada.

SUL DE MOÇAMBIQUE

Seca persiste e crise alimentar mantém-se

A terceira seca consecutiva no Sul de Moçambique deverá manter aquela região do país como a mais exposta a uma crise alimentar, refere o último relatório da Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (rede Fews, sigla inglesa).

O relatório, que faz a previsão até Setembro, mantém as tendências já descritas nos meses anteriores e, além do Sul, inclui Cabo Delgado (Norte).

Em Cabo Delgado, a causa da fome que vai crescendo no dia-a-dia dos habitantes é provocada pelo abandono dos campos, com o alastrar do conflito armado com grupos insurgentes que em dois anos já terá provocado perto de 400 mortos e cerca de 160 mil deslocados. No Sul, a seca persiste, reflectindo uma ameaça que paira sobre a África Austral.

Março tem sido caracterizado por precipitações significativamente abaixo da média em todo o país, particularmente na região centro e sul”, lê-se no relatório da rede Fews.

Na região central, “as culturas não têm sido tão afectadas devido às boas condições de humidade do solo desde o início da estação”, enquanto na região sul, “a maioria das colheitas falhou devido a uma terceira estação de seca consecutiva”.

Com base em estimativas de satélite do Índice de Satisfação das Necessidades de Água (WRSI, sigla inglesa), “prevê-se que a produção agrícola esteja acima da média de cinco anos na região norte, próxima da média de cinco anos na região central e abaixo da média de cinco anos na região sul”.

NÚMEROS DA SEMANA

15

Toneladas de produtos da cesta básica, expirados ou em mau estado de conservação, foram apreendidas pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec).

1,3

Mil milhões de dólares, valor arrecadado com a exploração de 9,2 milhões de quilates de diamantes, durante o ano passado.

132.7

Milhões kwanzas, valores negociados, em Março, pela Bodiva.

118

Milhões de dólares, garantia que o Governo aprovou para a compra de seis aviões para a TAAG, vindos da aeronáutica canadiana Havilland Aircraft.



Instituições recusam colaborar com o INE

Cerca de três anos após a aprovação do regulamento que torna obrigatória a cedência de dados estatísticos, instituições e pessoas singulares continuam a recusar-se a prestar informações ao INE. A revelação é do próprio Instituto que explica a resistência precisamente com o “desconhecimento da lei” do Sistema Estatístico Nacional e do respectivo regulamento por parte de algumas fontes de informação e com alguma “falta de cultura”, apesar de uma maior “consciencialização”.

O INE esclarece, no entanto, que os casos de relutância são “em menor número” e que a situação vai sendo resolvida com a realização de reuniões de sensibilização e massificação da lei. Para o instituto, o nível de informações pode ser considerado “satisfatório e continua a melhorar em função do aumento progressivo das campanhas de sensibilização e publicidade dirigidas às empresas e aos agregados familiares”.

Em quase três anos, foi instaurado apenas um processo que, entretanto, não desencadeou uma multa, já que a instituição transgressora conseguiu entregar a informação solicitada, antes de terminar o prazo.

Mas as dificuldades não se prendem apenas com a resistência na colaboração do público-alvo. Ao VALOR, o órgão que trata das estatísticas nacionais junta, entre os constrangimentos, a recolha limitada de dados em algumas zonas do país, os difíceis acessos e a falta de adaptação de alguns entrevistados aos novos instrumentos de recolha de informação como ‘tablets’, em substituição do questionário de papel.

O Regulamento das Transgressões Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional, que torna obrigatória a prestação de informações por parte de instituições e singulares ao INE, foi aprovado em Junho de 2017. Desde então, os infractores incorreram em multas que variam dos 500 mil aos cinco milhões de kwanzas.

Isabel Dinis

JOÃO LOURENÇO MOVIMENTA ‘PEÇAS’

Adão de Almeida chefia Casa Civil

Adão Francisco Correia de Almeida, o jurista que até hoje titulava o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, é o desataque da nova remodelação governamental, ao substituir Frederico Cardoso na Casa Civil do Presidente da República.

Destaque recai também sobre Marcy Lopes que sai de secretário do Presidente da República para os Assuntos Políticos, Constitucionais e Parlamentares e ocupa o cargo deixado por Adão de Almeida. A ascensão de Norberto Garcia para o gabinete de Acção Psicológica e Informação da Casa da Segurança distingue-se não só por reformar o veterano Aldemiro Vaz da Conceição mas também pelo facto de até ao ano passado ter enfrentando um processo na justiça, do qual saiu absolvido. Norberto Garcia foi dos primei-

ros ‘alvos’ do controverso combate à corrupção, o que faz da sua colocação no Palácio uma espécie de pedido de desculpas, como foi o caso da indicação de Geraldo Sachipengo Nunda para a embaixada no Reino Unido, depois de ter sido confusamente arrolado no que ficou conhecido como o caso ‘Burla à Tailandesa’.

A subida de Tete António para as Relações Exteriores; de Manuel Homem para as Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, e de Adjany da Costa para a Cultura, Turismo e Ambiente são os outras notas de realce nas novas mexidas do ‘inquilino’ da Cidade Alta. A jovem bióloga, de 30 anos, é assim o mais novo membro da equipa de auxiliares de João Lourenço.

No sentido inverso, destaque para as quedas de Manuel Augusto (Mirex) e de Salviano de Jesus Sequeira (Defesa), considerados dos mais próximos de João Lourenço.



Mário Mujetes © VE

CLIENTES AVISADOS PELAS REDES SOCIAIS

BMA e BAI alertam clientes para ataques cibernéticos

Os clientes do banco Millennium Atlântico e Banco Angolano de Investimento (BAI) estão a ser vítimas de phishing, perpetrados por hackers através de e-mails, SMS e telefone, com o propósito de obterem informações financeiras e pessoais, como senhas e número de contas bancárias.

Na rede social Facebook, o Millennium

Atlântico chama atenção aos clientes para não responderem a tais mensagens e para não acederem a links mesmo quando a proveniência aparenta ser fidedigna, sob pena de serem roubados. O banco faz saber que nunca solicita confirmação de dados pessoais de clientes “para ter acesso às suas contas por e-mail, SMS ou telefone.”

Por sua vez, o BAI, através da mesma rede social, deu a conhecer que os principais visados são os utilizadores de serviços online banking, como o BAI Directo, por esse facto recomenda os clientes a tomarem as devidas precauções, já que tem verificado, nos últimos tempos, o “aumento significativo de campanhas de phishing”.